



Procuradoria
Geral do
Município

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO E DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

NÍVEL SUPERIOR – TARDE – 02/07/2026

PROCURADOR DO MUNICÍPIO (PGM-RJ) E DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO (PGCM-RJ)

PROVA ESCRITA ESPECÍFICA
TIPO 1



SUA PROVA

Além deste caderno contendo **4 (quatro)** questões escritas, você receberá do fiscal de prova as folhas de textos definitivos.

Cada questão escrita deverá ser redigida com o máximo de **60 (sessenta)** linhas.



TEMPO

- **5 (cinco) horas** é o período disponível para a realização da prova, **já incluído o tempo para o preenchimento das folhas de textos definitivos**.
- **3 (três) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões nem qualquer tipo de anotação de suas respostas.
- **30 (trinta) minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala, **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de questões.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se este caderno de questões está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Na folha de respostas, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher as folhas de textos definitivos.
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.**
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) nas folhas de textos definitivos.
- Confira o tipo do seu caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de questões com tipo **diferente** do impresso em suas folhas de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- O preenchimento das suas folhas de textos definitivos é de sua responsabilidade e não será permitida a substituição das folhas de textos definitivos em caso de erro.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas os escritos nas folhas de textos definitivos.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa prova!

Direito Constitucional (Questão 1) – 25 Pontos

O Município de Santa Aurora, localizado no Estado do Rio de Janeiro, editou lei de iniciativa parlamentar instituindo a Política Municipal de Informação, Prevenção e Combate à Alienação Parental.

A lei foi editada com o objetivo de conscientizar a população sobre a importância da convivência familiar saudável e da prevenção de condutas que interfiram na formação psicológica da criança ou do adolescente, nos termos da legislação federal sobre alienação parental.

Para a consecução desses objetivos, a norma estabeleceu, entre outras medidas:

- (i) a realização de campanhas educativas, encontros, debates e seminários;
- (ii) a realização de palestras informativas em escolas públicas municipais, unidades de assistência social e demais equipamentos públicos voltados ao atendimento de crianças, adolescentes e famílias;
- (iii) o estímulo à participação de pais, responsáveis, professores, conselheiros tutelares, profissionais da rede municipal e entidades da sociedade civil;
- (iv) o desenvolvimento das ações pelas Secretarias Municipais responsáveis pelas áreas de educação, assistência social, saúde e direitos humanos, em conjunto com o Ministério Público estadual, o Conselho Tutelar e entidades governamentais e não governamentais ligadas à defesa dos direitos da criança e do adolescente, observados os termos da Lei nº 8.069/1990; e
- (v) a utilização prioritária da estrutura administrativa e orçamentária já existente, sem criação de cargos, órgãos, carreiras, gratificações ou regime jurídico específico para servidores públicos.

O Procurador Geral de Justiça ajuizou representação de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça, sustentando que a lei seria formal e materialmente inconstitucional. Afirmou, em primeiro lugar, que a Câmara Municipal teria usurpado a iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, pois, ao criar política pública, impôs despesas e atribuiu funções às Secretarias Municipais. Em segundo lugar, alegou que a matéria era de direito civil e de direito de família, inserida na competência privativa da União. Em terceiro lugar, sustentou que a lei municipal violava a autonomia do Ministério Público estadual, ao prever que determinadas ações deveriam ser desenvolvidas em conjunto com o órgão.

O Tribunal de Justiça acolheu os argumentos enunciados na representação, declarando a inconstitucionalidade formal e material da lei municipal.

Diante desse cenário, o Prefeito pretende questionar a decisão. Na condição de Procurador do Município, indique a providência jurídica adequada para reverter o julgamento e desenvolva, de forma fundamentada, as razões a serem alegadas em favor da constitucionalidade da lei.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

Direito Constitucional (Questão 2) – 25 Pontos

O Município de Tubiacanga editou lei disciplinando a oferta de imóveis residenciais em plataformas digitais de hospedagem de curta duração, como AirBnb e Booking.com.

A lei estabelece que:

- (i) imóveis residenciais somente poderão ser ofertados em plataformas digitais mediante prévio cadastro do anfitrião, do imóvel e da plataforma perante o órgão municipal competente;
- (ii) unidades situadas em condomínios edifícios residenciais somente poderão ser ofertadas se houver autorização expressa da convenção condominial ou aprovação em assembleia;
- (iii) o Município poderá limitar, por região, a oferta de imóveis residenciais em plataformas digitais de hospedagem de curta duração a, no máximo, noventa dias por ano, sempre que estudos técnicos indicarem impacto relevante sobre o preço dos aluguéis residenciais, a disponibilidade de moradia permanente, o sossego da vizinhança ou a capacidade da infraestrutura urbana; e
- (iv) as plataformas digitais deverão compartilhar com o Município dados sobre a localização do imóvel, o número de diárias, a identificação dos responsáveis pelo anúncio e o histórico de reclamações relativas à unidade ofertada.

Prevendo questionamentos sobre a constitucionalidade da lei municipal, o Prefeito solicita estudo que aborde as razões em favor da sua validade.

Na qualidade de Procurador do Município, identifique as normas constitucionais pertinentes à solução da controvérsia e desenvolva, de forma fundamentada, os argumentos que poderiam ser deduzidos em defesa do ato normativo, abordando cada um dos itens da lei.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

Direito Constitucional (Questão 3) – 25 Pontos

O Município de Portimão cedeu à Associação Das Macieiras, tradicional entidade recreativa e esportiva da localidade, o uso de um terreno público. Trata-se de cessão em vigor há 25 anos, e o espaço constitui a única opção de lazer com infraestrutura adequada na região.

Recentemente, a diretoria da associação alterou seu estatuto para prever que a admissão de novos sócios e a permanência dos atuais ficariam condicionadas à "concordância com os valores morais e religiosos da diretoria". Com base nessa cláusula, João, associado há 10 anos, foi excluído do quadro social após manifestar opiniões divergentes em uma rede social. A exclusão ocorreu de forma sumária, sem que lhe fosse dada oportunidade de defesa ou ciência dos motivos exatos da punição.

Inconformado, João ingressou com uma ação judicial requerendo a nulidade da exclusão. Em sua defesa, a Associação Das Macieiras contesta, argumentando que, por ser uma entidade privada, rege-se pela autonomia de vontade e pela liberdade de associação, o que lhe permitiria definir os critérios de admissão e permanência de seus associados.

À luz da Constituição da República, da teoria constitucional e da jurisprudência aplicável, analise a validade do ato de exclusão.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

Direito Constitucional (Questão 4) – 25 Pontos

Determinado partido político propõe representação de inconstitucionalidade em face de decreto legislativo municipal, editado em 2025, que autorizou o Poder Executivo a contratar operações de crédito junto a instituições financeiras e entidades de crédito nacionais e internacionais, até o valor de R\$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais), a serem aplicados em ações de mobilidade urbana, infraestrutura e saneamento.

O representante alega violação à norma do artigo 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), indicando que a ausência de estudo de impacto orçamentário e financeiro na proposição legislativa afrontaria a Constituição. Sustenta, ainda, que o decreto legislativo deveria ter sido acompanhado do detalhamento e das informações básicas do crédito a ser obtido, bem como dos prazos de amortização e dos limites de taxa de juros. Alega, por fim, que não foram observados os limites constitucionais aplicáveis à realização de operações de crédito.

Na qualidade de Procurador do Município, instado a se manifestar a respeito da representação de inconstitucionalidade em questão, emita pronunciamento em que sejam desenvolvidas as questões constitucionais pertinentes ao tema, abordando os seguintes aspectos:

- a) adequação da via eleita à luz da natureza do objeto impugnado;
- b) possibilidade jurídica de controle de constitucionalidade de ato municipal pelo Tribunal de Justiça tendo como parâmetro de sindicabilidade o artigo 113 do ADCT; e
- c) exame meritório de conformidade do decreto legislativo à luz do artigo 113 do ADCT, bem como do regime constitucional aplicável ao equilíbrio orçamentário e financeiro dos entes federativos.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

Realização

